



*«(...) aquilo que os gregos chamam alêtheia,
a desocultação, o descobrimento.
Aquele olhar que às vezes está pintado
à proa dos barcos.»*

Sophia de Mello Breyner Andresen

Carlos Brito

CADEIA DO FORTE DE PENICHE

Como foi vivida



© 2016, Carlos Brito e Alêtheia Editores
Todos os direitos de publicação em Portugal reservados por:
ALÊTHEIA EDITORES
Escritório na Rua do Século, n.º 13
1200-433 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49
E-mail: aletheia@aletheia.pt

Capa e paginação: Francisco Bordallo e Rita Gomes

Impressão e acabamento: Várzea da Rainha Impressores, Óbidos
Várzea da Rainha Impressores, S.A.
Rua Empresarial n.º 19
Zona Industrial da Ponte Seca
2510-752 Gaeiras — Óbidos
Telef.: +351 262 098 008
www.varzeadarainha.pt

Créditos das fotografias:

Pp.8-9 — Acervo do Museu Municipal de Peniche, da autoria de Luís Correia Peixoto.

Pág. 106 — Foto do acervo Municipal de Peniche

ISBN: 978-989-622-898-9
Depósito Legal: 419711/16

DEDICATÓRIA

*Às minhas netas
Constança, Leonor e Madalena.*

26 de abril de 1974
Espera pela libertação dos presos





AOS RESISTENTES

Não há Resistência sem Resistentes.
Estou aqui para dizer em nome da República, quanto lhes devemos, quanto lhes estamos reconhecidos, quanto nos honramos do seu sacrifício, da sua abnegação, do seu heroísmo silencioso.

Jorge Sampaio

(Palavras proferidas por Jorge Sampaio, então Presidente da República, na antiga Cadeia do Forte de Peniche, perante uma larga assistência de ex-presos políticos, quando ali foi prestar homenagem à Resistência e aos Resistentes à Ditadura, em 23 de Abril de 2004, no âmbito das comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril)



INTRODUÇÃO

O Forte de Peniche e as instalações da prisão de presos políticos, que ali funcionou durante quarenta anos, voltam a estar no centro de uma polémica recorrente.

Reacendeu-se, desta vez, ao ser anunciado o programa Revive, apoiado pelos ministérios da Economia, Cultura e Finanças, que incluía o Forte de Peniche no conjunto de 30 edifícios históricos, que vão ser concessionados a investidores privados.

A total oposição da opinião democrática e antifascista não se fez esperar e traduziu-se em petições, exposições, abaixo-assinados, manifestos, notas, artigos na imprensa, tomadas de posição nas televisões e nas rádios.

Numa rápida decisão, merecedora de aplauso, o Governo reconsiderou o seu propósito e através do ministro da Cultura, Luís Castro Mendes, veio anunciar que, pelo menos para já, o Forte de Peniche é retirado da lista do programa Revive.

No entanto, apesar da lesta decisão governamental, a polémica continua em aberto.

Para já, é Câmara Municipal de Peniche que protesta. É ela que tem arcado com as despesas de conservação e manutenção de todo o imóvel, incluindo do núcleo museológico da Resistência ali existente.

Desde há muito que é seduzida pela ideia da construção de uma grande unidade hoteleira na fortaleza que, sem comprometer (em seu entender) o simbolismo do

lugar, custeasse a sua manutenção, aliviando a autarquia dos respectivos encargos.

Por razões opostas, a opinião democrática e antifascista, saudando embora a decisão governamental, não fica nada tranquila com o seu carácter aparentemente transitório e de qualquer forma incompleto.

Além da posição da Câmara Peniche, é conhecida a cobiça que grandes grupos hoteleiros e outros grandes empreendedores turísticos têm revelado pela rara beleza da localização do Forte.

Entendendo, que não há compatibilização possível, entre a preservação da memória de um dos mais simbólicos lugares da luta pela liberdade no nosso país e qualquer grande unidade hoteleira, reclama que o Governo assumia, de uma vez por todas, em diálogo com a autarquia de Peniche, a ideia de transformar o actual núcleo museológico num Museu Nacional da Resistência, com as implicações políticas, administrativas e financeiras que tal decisão compreende.

O SIMBOLISMO DA CADEIA DO FORTE DE PENICHE

O Forte de Peniche, transformado em cadeia de presos políticos, em 1934, é um dos edifícios mais representativos da repressão fascista e simultaneamente um dos lugares mais marcantes do sacrifício e da coragem de gerações e gerações de portugueses que nunca aceitaram a ditadura e ousaram lutar contra ela.

Era a cadeia de expiação das longas penas ditadas pela PIDE, através de falsos tribunais — os chamados

«plenários» — agravadas por arbitrárias «medidas de segurança», que apontavam para a prisão perpétua.

Além destas intermináveis reclusões, era a cadeia do regime prisional mais cruel e perverso, onde o preso devia ter a sensação de estar sempre debaixo do olhar vigilante do guarda, como estipulava o estatuto respectivo, o que se traduzia em constantes provocações e agressões psicológicas e físicas.

Foi também a cadeia onde o espírito de luta dos presos nunca quebrou, assumindo as mais variadas formas de protestos, como greves da fome, levantamentos de rancho, coro de gritos às janelas, bem como, as repetidas fugas e tentativas de fuga, «para continuar a luta cá fora».

A localização do Forte, quase dentro do mar, construído sobre arribas e furnas, batido pelo vento e pelas vagas, também contribuiu para o reforçar como imagem simbólica da repressão e da resistência.

Foi este simbolismo que, em plena ditadura, David Mourão Ferreira e Alain Oulman perceberam quando fizeram o fado «Abandono», que Amália Rodrigues cantou no início dos anos sessenta, até ser proibido pela PIDE, que o considerou um hino de homenagem aos presos de Peniche.¹

É este simbolismo que os ministros responsáveis pelo programa «Revive» demonstraram não compreender, ao aceitarem incluir o Forte de Peniche no conjunto de trinta edifícios históricos que vão ser concessionados a investidores privados.

1 O fado «Abandono», também conhecido como «Fado de Peniche», é um dos temas do disco *Amália*, em honra da fadista, cantado por Camané.

O Governo reconsiderou e retirou o Forte de Peniche da lista, o que foi positivo, como já vimos.

Mas a declaração da Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, ao apresentar o programa governamental, de que não esperava reacções negativas ao destino projectado para a antiga prisão do Estado Novo, fica a atestar a incompreensão do que representam aquelas muralhas e aqueles pavilhões arruinados, para a consciência democrática do país

A ingénua convicção da Secretária de Estado foi de pronto contestada por um coro de indignação, onde se juntaram partidos, associações, órgãos de comunicação social e milhares de cidadãos em posições individuais e subscrevendo petições.

Vale a pena elencar algumas delas, começando pela da União de Resistentes Antifascista (URAP), rapidamente assumida:

«A preservação do Forte de Peniche, quer como lugar da repressão e da resistência ao fascismo, quer como lugar de esclarecimento para as jovens gerações sobre o que foi a ditadura fascista, é uma exigência de respeito pela memória de todos aqueles que sacrificaram o melhor das suas vidas para que o povo vivesse em liberdade.»

Foi também imediata e dura a crítica do PCP:

«Não podemos deixar de criticar de forma veemente o facto de o Governo ter colocado nesta lista a Fortaleza de Peniche, ignorando a importância histórica e cultural de um espaço onde não possível conciliar a actividade hoteleira e turística com a necessidade de preservar integralmente as suas características prisionais e históricas.»

O Movimento Cívico «Não Apaguem a Memória» — NAM — veio a público, em comunicado de 10 de Outubro de 2016, lembrar que há já uma resolução da Assembleia da República — a n.º 24/2008 — que faz diversas recomendações ao Governo, nomeadamente quanto à «...valorização e apoio ao Museu da Resistência instalado na Fortaleza de Peniche».²

Para concluir:

«Em cumprimento daquela resolução da AR cumpre ao Governo criar condições efectivas, incluindo financeiras, para que o Forte de Peniche seja integral e devidamente preservado cumprindo a sua missão como símbolo maior da resistência à ditadura, no combate pela liberdade do povo português.»

As duas petições surgidas alinham em idêntica argumentação.

Numa, os signatários «apelam ao Governo para que o Forte de Peniche permaneça património nacional, símbolo da repressão fascista e da luta pela liberdade.»

Na outra, os signatários afirmam:

«O Forte de Peniche é um símbolo maior da repressão fascista que não queremos ver apagado, à semelhança do que aconteceu com outro símbolo, esse irreversivelmente destruído: a sede da polícia política PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso.»

E anunciam:

«Não abdicamos de ver ali criado e optimizado um Museu Nacional da Resistência, num projecto que pode incluir outras valências, que vise a sua valorização e recuperação.»

2 Ver Anexo II.

MUSEU NACIONAL DA RESISTÊNCIA

A ideia de um Museu Nacional da Resistência é, como se vê, o ponto de convergência das preocupações, reivindicações e reclamações vindas dos meios democráticos e antifascistas.

É esta ideia que responde, com todas as garantias, ao imperativo de preservar, com maior dignidade e documentação, a memória do sofrimento e do heroísmo dos combatentes da liberdade que por ali passaram ao longo de 40 anos e de transmiti-la às gerações presentes e futuras.

O estatuto de um museu nacional implica que, no todo ou em parte, passe à esfera da administração central, o que quer dizer que fica na dependência do ministério da Cultura, desejavelmente partilhada com a autarquia de Peniche, e passe a ser custeado, no essencial, pelo Orçamento do Estado.

Tratando-se de testemunhar sobre um período negro da História recente do nosso país, para impedir que volte a repetir-se, não será demais reclamar esse esforço às finanças públicas, apesar das sabidas dificuldades que estas enfrentam.

A ideia de um Museu Nacional é ainda a justa maneira de responder às preocupações, aflições e até às decisões já tomadas pela autarquia de Peniche.

O Presidente da Câmara, José António Correia, não podia ser mais frontal, quando reagiu à decisão do Governo de retirar o Forte do programa Recria, anunciada pelo ministro da Cultura, Luís Castro Mendes.

Disse o autarca:

«Ou o senhor ministro tem dinheiro e nós não sabemos onde é que ele está, ou então tem de explicar melhor, porque a Assembleia Municipal deliberou no sentido de, à falta de outros meios, viabilizar e reiterar a posição da Câmara.»

Esta defende, como se sabe, a compatibilização da concessão do Forte a investidores privados, com a salvaguarda da memória do local.

Não custa compreender, que a Câmara de Peniche, a braços com os encargos e trabalhos da manutenção, conservação e recuperação do imóvel e o apoio ao núcleo museológico da Resistência ali existente, se mostre desejosa de encontrar projectos e investimentos hoteleiros e turísticos que a aliviem desta sobrecarga financeira, desde que seja garantida a preservação da memória da resistência, como sublinha.

Ninguém pede à Câmara de Peniche que tenha, em relação ao Forte, uma intervenção semelhante à da poderosa Câmara de Lisboa, na criação e manutenção do moderno e activíssimo Museu da Resistência, no Aljube.

O que se pede é que colabore e se envolva na ideia da criação do Museu Nacional da Resistência.

Quanto à compatibilização, a opinião democrática e antifascista está escaldada pela péssima experiência do que aconteceu com o edifício da António Maria Cardoso, onde funcionou a sinistra sede da PIDE/CGS. Também na altura da alienação do imóvel, foi prometido que a memória da Resistência seria inteiramente salvaguardada. Depois de várias peripécias, o resultado é o que se vê: uma lápide modesta.

A própria experiência do que se tem passado com o Forte de Peniche leva a uma conclusão idêntica, pois há anos atrás, o Grupo Pestana recusou um projecto de Siza Vieira para a construção de uma pousada, alegando que queria mais trinta quartos.

Qualquer que viesse a ser a unidade hoteleira, a tendência seria sempre para ocultar as grades, não incomodando excessivamente os hóspedes, e para esmagar a memória ou reduzi-la ao mínimo, para dominar o espaço.

Além disso, o sofrimento, a coragem e o heroísmo de décadas de luta pela liberdade não podem ser tratados, em caso nenhum, como atracção ou curiosidade turística.

De um comentário muito acutilante escrito, a propósito, por João Taborda da Gama, destaco:

«É preciso poder ir ao Forte de Peniche, estar por lá, deambular nas celas, no recreio, sem bares de gin tónico nem massagens ayurvédicas, ouvir o vento, ouvir o mar, como ao menos ouviam os que lá estavam, e perceber, por fim, a irredutibilidade da liberdade.»³

Anote-se, por fim, que a ideia de um Museu Nacional da Resistência não exclui, antes exige, em perfeita compatibilização, a companhia do Museu Municipal, melhorado e enriquecido, espaços culturais de que a cidade de Peniche reconhecidamente carece instalações para fins educacionais, formativos e sociais, e até pequenos estabelecimentos de recordações e restauração para apoio dos visitantes.

3 *Diário de Notícias*, 2 de Outubro de 2016.

*

* *

Estive preso no Forte de Peniche, entre princípios Fevereiro de 1960 e meados de Agosto de 1966, no período de extremo endurecimento das condições prisionais, que se seguiu à fuga de Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP.

Além disso, convivi longamente com camaradas comunistas e até com um velho anarquista, que me transmitiram as suas recordações da Cadeia, em períodos anteriores.

Sinto-me, por isso, especialmente obrigado, no quadro da presente polémica, a juntar um novo contributo, a outros que já tenho escrito, para que se alargue a compreensão do incomparável simbolismo do Forte de Peniche na resistência à ditadura fascista.

Faço-o, descrevendo períodos marcantes da história da Cadeia e, de forma muito sublinhada, como eles foram vividos pelos presos.

O objectivo é ajudar a que o Forte de Peniche seja transformado num lugar de culto da Liberdade, onde se possa reflectir sobre o seu destino no mundo actual e se reforce a vontade de lutar por ela em todas as circunstâncias.

CAPÍTULO I

DE FORTALEZA MILITAR À PRISÃO DE PRESOS POLÍTICOS



O Forte de Peniche começou a ser construído no século XVI, no reinado de D. João III, mas só viria a ser concluído durante a Restauração, no século XVII.

Foi uma componente importante da fortificação da costa portuguesa empreendida nessa conjuntura de guerra e tensão bélica com a vizinha Espanha.

Apresenta desde então a configuração actual de grande fortaleza de planta estrelada irregular e duas cortinas de muralhas.

Durante as invasões napoleónicas desempenhou papel de relevo e esteve ocupada por tropas francesas de Junot e por tropas inglesas de Beresford, que introduziram melhorias nas suas defesas.

Na Guerra Civil (1828-1834) foi utilizada sobretudo como presídio, primeiro pelo Miguelistas e depois pelos Liberais.

Até finais do século XIX teve utilização militar.

Em 1934 foi convertida, pela ditadura fascista, em «prisão de alta segurança» para presos políticos e começou por se chamar «Depósito de Presos de Peniche».

A ditadura, sob a liderança de Salazar, construía então a sua fachada institucional, o automeado Estado Novo, mas, ao mesmo tempo, reforçava e afinava todo o seu aparelho repressivo.

A 11 de Abril de 1933 entrou em vigor a Constituição salazarista, que tinha sido aprovada, a 19 de Março, num plebiscito que contou com 40 por cento de abstenções, apesar do universo eleitoral ser muito restrito, pouco mais de um milhão e duzentos mil eleitores.

Logo a seguir, no dia 13 de Abril, foi publicado o decreto que regulamentou e reforçou a censura.

A 29 de Agosto, do mesmo ano, saiu o decreto que criou, depois de vários ensaios, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). A «pevide», como foi alcuinhada nos meios oposicionistas.

Com esta designação, durou até ao final da II Guerra Mundial, em 1945. Após a derrota do nazi-fascismo, Salazar entendeu que era «oportuno» juntar ao nome, já execrado, a palavra «internacional», para disfarçar que se tratava de uma polícia de repressão política interna, igual às que existiam nas potências derrotadas. Ficou então a chamar-se Polícia internacional e de Defesa do Estado, PIDE. Marcelo Caetano, querendo afastar o odioso desta sigla, que contaminava as demais instituições do regime, voltou a mudar-lhe o nome para Direcção-Geral de Segurança, DGS. No entanto, com qualquer destes nomes, foi sempre a mesma polícia de repressão política, destinada a amordaçar os portugueses.

Voltando ao início do salazarismo, foi em 1934 que um novo decreto concentrou na PVDE todas as competências relativas à guarda, trato e transporte dos presos políticos, competência que ficou sempre nas mãos das suas sucessoras, até ao 25 de Abril.

No processo de refinamento da máquina repressiva, ocorrido nos anos trinta, Salazar não hesitou em recorrer à experiência do fascismo italiano, tendo estado em Portugal durante dois anos uma Missão Italiana de Polícia que veio transmitir à polícia portuguesa os métodos que, em Itália, tinham sido reconhecidos como correspondendo às necessidades do Estado Fascista e da sua defesa⁴.

Aqui fica, resumidamente traçado, o quadro político geral em que foi decidida a instalação da «prisão de alta segurança» para presos políticos no Forte de Peniche.

A escolha deste Forte não foi certamente alheia à sua localização, na península de Peniche, que se liga à terra por um estreito istmo e uma única estrada, que era controlada à saída da vila por um posto da polícia, bem como as características da própria fortaleza, com duplas e grossas muralhas, rodeadas por um fosso.

No seu livro, *12 Fugas das Prisões de Salazar*, Jaime Serra, que fez a dura experiência pessoal de fugir do Forte e de se safar da península, observou: «A Cadeia de Peniche era um local muito isolado. Situada numa pequena península, com um único acesso e rodeada por um mar muito perigoso. Uma Fortaleza com as

4 Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, «Repressão Política e Social no Regime Fascista», p. 7, Presidência do Conselho de Ministros, 1986.

suas características e fortes muralhas e vigiada por guarda exterior e interiormente.»⁵

Antes da data da oficialização como cadeia de alta segurança, já funcionava para presos políticos militares.

Assim, em 1932, ocorreu uma fuga de Peniche do sargento reviralista, José Maria Videira, com o apoio pessoal do coronel aviador Sarmento de Beires, um dos mais conhecidos e destacados chefes reviralistas.

Em 1933, nova fuga de reviralistas de Peniche, em que participaram, o alferes Saloio e os tenentes Filipe Piçarra, Carmona e Silva e Aníbal Sousa Larcher, entre outros.

Anote-se, que depois das revoltas republicanas de 1927 e 1928, até finais da primeira metade dos anos trinta, o reviralismo esteve na primeira linha da luta contra a ditadura.

Era desenvolvido, principalmente, pela oposição republicana, apoiada nas estruturas sobreviventes do Partido Democrático (PRP) e da Esquerda Democrática (PED), com a cobertura cultural e ideológica de intelectuais, como Jaime Cortesão e Raul Proença e outros da *Seara Nova*.

A princípio muito respeitado, foi perdendo influência à medida que as sucessivas intencões eram derrotadas, desarticuladas ou nem chegavam a sair.

O termo revirvalho acabou por ter uma conotação negativa, uma espécie de novo sebastianismo que, iludindo as massas e os activistas, com as falsas facilidades das suas «revoluções», os desviava da verdadeira acção revolucionária para combater a ditadura.

5 Jaime Serra, «12 Fugas das Prisões de Salazar», p. 40, Editorial «Avante!»

Mas, por estes anos, os reviralhistas apareciam com um contingente muito numeroso no conjunto dos presos políticos.⁶

O historiador Fernando Rosas, no seu estudo sobre o Estado Novo, que constitui o *VII Volume da História de Portugal*, dirigida por José Matoso, apresenta um cálculo sobre o número de prisões, nos 13 anos iniciais da ditadura, nestes termos:

«De 1926 a 1939 foram presas cerca de 12 mil pessoas, entre militares e civis, de todas as correntes políticas. Mas a manifesta subestimação do cálculo permite-nos, sem grande erro, elevar o número para cerca de 15 mil (cerca de 1150 pessoas por ano).»

OS PRESOS POLÍTICOS

Ao longo dos 48 anos que durou a ditadura fascista, no nosso país, podia-se ser preso por alegados motivos políticos nas mais variadas situações e condições e até sem motivo nenhum, por puro arbítrio da polícia política, de qualquer dos seus agentes ou denúncia de «bufo».

Assim, numa lista não exaustiva, podia-se ser preso: por conspiração ou suspeita de conspiração militar contra o governo; por se ser militante, simpatizante, apoiante ou suspeito de apoiante de qualquer orga-

6 Em 1934, a repressão da greve insurreccional do «18 de Janeiro» encheu as prisões de sindicalistas (anarquistas e comunistas). Os considerados dirigentes foram deportados para o Forte de S. João Baptista, na Ilha Terceira, nos Açores. Em 1936, os presos da «Revolta dos Marinheiros» foram em grande número (60) condenados a pesadíssimas penas e deportados para o Tarrafal, criado por decreto, neste mesmo ano.

nização ou associação que a lei fascista ou a polícia política considerassem ilegal e subversiva; por fazer greve ou paralisações de trabalho ou outros processos de luta reivindicativa nas empresas; por participar em manifestações de rua, não autorizadas (nenhuma era); por participar em homenagens, romagens, concentrações, jantares e almoços comemorativos e recepções no aeroporto a democratas vindos do estrangeiro, desde que a polícia política visse nelas uma intenção oposicionista; por participação nas lutas estudantis; por publicar livros ou artigos a denunciar ou criticar as injustiças do salazarismo; por desabafar alto num café contra a opressão; por simples denúncia de um «bufo», muitas vezes por mera vingança pessoal.

O «bufo» era, sobretudo, o provocador infiltrado nas organizações antifascista, mas a PIDE (com este ou outro nome) tinha uma vasta rede de informadores secretos, metidos na vida das populações, espalhados por todo o país, espiando tudo, delatando tudo, às vezes inventando por desavenças com vizinhos, ou para receberem um pagamento especial. À data do 25 de Abril, encontraram-se registados, nos serviços da PIDE/DGS, 400 bufos regularmente remunerados, mas ao longo dos anos de ditadura, foram dezenas de milhar os que colaboraram com a polícia política, muitos deles pagos «à peça», por cada denúncia que faziam.

Durante a ditadura, o cidadão português que fosse preso por alegados motivos políticos, era submetido, por parte da PIDE, com este ou outro nome, a interrogatórios mais ou menos prolongados, acompanhados de tortura, mais ao menos dura, consoante o grau da suspeita ou da acusação. Na conclusão dos interrogatórios era ou posto

em liberdade (raramente), ou sujeito a meses de prisão para averiguações sem julgamento ou levado a julgamento, na mascarada que eram os tribunais plenários, e geralmente condenado.

No início dos anos 50, foram criadas as «medidas de segurança, de 6 meses, a 3 anos, prorrogáveis», por decreto assinado pelo ministro da Justiça, Cavaleiro Ferreira. A partir de então, os Plenários passaram a juntar às penas, as medidas de segurança, que apontavam para a prisão perpétua. Houve presos, a quem mesmo sem pena, foram aplicadas medidas de segurança.

Nas cadeias políticas, os presos políticos estavam completamente separados dos presos comuns, se os havia. Na Cadeia do Forte de Peniche, no início dos anos que lá passei, havia duas espécies de presos comuns: a brigada das obras e os serventes da cadeia. Uns e outros tinham camaratas completamente separadas dos presos políticos. Os serventes eram o cozinheiro e um ajudante de cozinha, o barbeiro e mais alguns ocupados noutros serviços. Eram absolutamente proibidas as conversas entre políticos e comuns. Mas estes, que tinham rádio, conseguiam passar-nos algumas notícias, que entendiam interessar-nos. Nas poucas e curtíssimas conversas que conseguíamos fazer, percebíamos que estavam profundamente revoltados. Num comentário a propósito dos guardas, disse-nos um dos serventes: «com as tripas dos melhores enforcava os piores». Um famoso carteirista de Lisboa, foi remetido na cadeia para o trabalho de ferreiro. Posto em liberdade depois de longa prisão, foi logo apanhado a roubar uma carteira no eléctrico da Graça. Preso, voltou ao ferro. Um dia em que o cumprimentámos com

surpresa por o voltarmos a ver, comentou-nos: «com este trabalho, quem pode ter mãos...»

Os presos políticos estavam protegidos por convenções internacionais, que a contragosto o fascismo respeitava (com a exceção do Tarrafal, onde não respeitava nada, como refiro à frente). Não podiam ser obrigados a usar farda e nem a trabalhar, senão a fazer a limpeza das suas próprias instalações. No meu tempo, em Peniche, aceitávamos fazer trabalhos de apoio à cozinha – arranjar peixe e pelar batatas – por conveniência própria, para nos movimentarmos pela cadeia e observar as possibilidades de fuga, mas também para criarmos lugares de passagem comum dos presos dos diversos sectores prisionais para a troca das mensagens clandestinas.

Fecho esta nota sobre os presos políticos, citando palavras de Jaime Serra, que nos refere assim:

«Falar de presos políticos é evocar as dezenas de milhares de heroicos lutadores antifascistas que combatiam o regime. É falar de simples trabalhadores que, aos milhares, foram perseguidos e encarcerados durante anos, por lutarem pelos seus direitos.⁷»

AS OUTRAS CADEIAS POLÍTICAS DA DITADURA

No início da ditadura, logo após o 28 de Maio, os presos políticos eram muitas vezes metidos nas esquadras da PSP, e aí mesmo interrogados e torturados. Mas à medida que se consolidou como ditadura fascista, aumentou, reforçou e aperfeiçoou, como já vimos, todo

7 Jaime Serra, Obra citada

o aparelho repressivo, incluindo com criação das cadeias especiais para presos políticos.

Além da Cadeia do Forte de Peniche, que começámos a apresentar e de que continuaremos especialmente a falar ao longo deste livro, havia ainda as seguintes cadeias políticas da ditadura.

A Cadeia do Aljube, em pleno centro de Lisboa, junto da Sé. Era a cadeia que a polícia política usava para manter os presos em períodos de interrogatório e de tortura. Para isso, fez construir um andar de minúsculas celas, mal iluminadas e desprovidas de tudo, destinadas a longos isolamentos, que eram eles próprios uma forma de tortura. Ficaram conhecidas pela designação de «curros» ou «gavetas».

A Cadeia de Caxias, funcionava como depósito de presos (e chegou a ter essa designação oficial), que aguardavam julgamento, ou que cumpriam o castigo dos seis meses de prisão, para averiguação, que PIDE aplicava aos que não levava a julgamento. Antes das obras, realizadas em meados dos anos 50, era constituída por salas sombrias e corredores escuros, tudo carregado de humidade. Foi aí que nasceu, o hino de Caxias, que sinalizava: «Longos corredores de trevas percorremos.»

A Cadeia da PIDE do Porto, junto à sede da PIDE, na Rua do Heroísmo, acumulava as funções do Aljube e de Caxias, funcionava como a cadeia dos interrogatórios e como depósito de presos. A vizinhança da PIDE fazia com que o seu regime fosse especialmente provocatório.

O Forte de S. João Baptista, na cidade de Angra dos Heroísmo, na Ilha Terceira, nos Açores. Foram para aqui enviados os presos da greve geral insurreccional

de 18 de Janeiro de 1934 e outros presos por arrastamento. Deixou de funcionar como cadeia de presos políticos, quando foi inaugurado o Tarrafal.

O Tarrafal, na Ilha de Santiago, do Arquipélago de Cabo Verde, hoje República de Cabo Verde. Este sinistro campo de concentração de Salazar, foi justamente apelidado de «campo da morte lenta», com a sua terrível «frigideira», a cela disciplinar, onde os presos eram quase fritos sob o desabrido ao Sol equatorial. Para melhor o caracterizar, dou a palavra a Francisco Miguel, que ali esteve por duas vezes, de 1940 a 1946 e de 1951 a 1954:

«O Tarrafal foi um crime organizado, um crime praticado a frio contra todo o povo português. Nem todos os portugueses estiveram no Tarrafal, mas foi para mostrar a todos os portugueses como poderiam morrer, que o Tarrafal foi fundado, em 29 de Outubro de 1936, e precisamente naquele pântano de intenso paludismo... No Tarrafal fui sujeito a um duríssimo regime de trabalhos forçados: trabalhei nas pedreiras, na abertura de valas que não eram necessárias, no pesado transporte de água, em outros trabalhos. Vivia como todos os presos, todos eramos vítimas das mesmas violências. Fui atacado pelo paludismo, como todos os meus camaradas.»⁸

CASAMATAS E CASERNAS

A chamada «prisão de alta segurança» montada no Forte de Peniche e assim inscrita nos papéis oficiais,

8 Francisco Miguel, *Uma vida na revolução*, pp. 93 e 94, Editora «Opinião», Porto 1977

não alterou significativamente as instalações herdadas do uso militar.

Foram mantidas as velhas casernas e casamatas, onde apenas se implantaram grades e gradões e novas portas e portões.

Estas velhas instalações foram sempre alvo do protesto e da luta dos presos, pela falta de condições para albergar seres humanos durante as 24 horas do dia, num clima bastante agreste. Houve greves da fome em que a sua substituição foi reclamada, ao lado da melhoria da alimentação, sempre péssima, e do regime de visitas desumano.

A saúde dos presos não podia deixar de ser gravemente afectada, e registaram-se muitas situações críticas, ao passarem anos e anos, mal alimentados e em alguns casos mal agasalhados, em barracões que chegavam a ser atingidos pelas ondas e onde a humidade e a ventania, de Verão e de Inverno, são sempre fortes.

Mas os presos também tiravam algumas vantagens das velhas casernas e casamatas, tanto pela fragilidade da construção, como por permitir-lhes encontrar esconderijos para guardar o que queriam ocultar dos guardas, incluído facas e ferramentas, que apanhavam à mão, e que depois usavam na execução das fugas e preparação de objectos para as ligações clandestinas.

Desta maneira, a direcção da Cadeia também ansiava pelos novos pavilhões que lhes estavam prometidos, pois era sobre ela que recaíam as responsabilidades das fugas, que se foram repetindo, com regularidade, ao longo dos anos.

Logo, em 1936, realizou-se mais uma fuga colectiva de reviralhistas que incluiu os sargentos José dos

Santos Rocha e Francisco Horta Catarino e o tenente Filipe Pissarra, que assim mostravam que não pensavam render-se.

Em 1938, aconteceu a primeira fuga de um militante comunista, Veríssimo Carvalho Sim Sim.

Os comunistas, dado o seu crescente papel na luta contra o fascismo, começavam a abundar na população prisional. A mira da repressão salazarista que, até 1940, estava apontada ao PRP e aos republicanos, passou a estar apontada ao PCP e aos comunistas.

Em 1946, nova fuga, desta vez colectiva, de militantes comunistas das casamatas de Peniche, em que participaram António Guerra, Abatino da Luz Rocha, Joaquim dos Santos Caetano e Manuel Gonçalves Rodrigues.

Mas será ao longo dos anos 50, que a alegada «alta segurança» da cadeia será definitivamente posta em causa, por uma sucessão de fugas e tentativas de fuga que culminará com a fuga individual de António Dias Lourenço, em 1954, e a fuga colectiva de Álvaro Cunhal e mais 9 dirigentes do PCP, já em 1960.

A PRINCIPAL TAREFA

Esta sucessão de fugas e tentativas de fuga da cadeia de Peniche insere-se no quadro mais geral das numerosas fugas de presos comunistas de todas as cadeias da PIDE, ocorridas nestes anos.

Assim:

1951, Georgete Ferreira, presa em Caxias, quando levada ao Hospital dos Capuchos; 1954, Joaquim Gomes

e Pedro Soares, da Cadeia da PIDE do Porto; 1956, Jaime Serra, do Forte de Caxias; 1957, Carlos Brito, Américo de Sousa e Rolando Verdial, da Cadeia do Aljube; 1958, Blanqui Teixeira, preso no Aljube, quando levado ao Hospital de S. José; 1959, Adélia Terruta, presa em Caxias, quando levada ao Hospital de Santa Maria; Dinis Miranda, da Colónia Penal de Passos de Ferreira.⁹

Mas não eram só os comunistas que fugiam, o capitão Henrique Galvão¹⁰, preso na Penitenciária de Lisboa, também se evadiu, em 1959, quando levado ao Hospital de Santa Maria.

Todas estas fugas e tentativas evidenciam uma extraordinária astúcia, audácia e grande determinação, algumas comportaram grandes riscos, como a do Aljube de 1957.

No caso dos presos comunistas, correspondiam à ideia, que se generalizou, de que a sua primeira e principal tarefa, quando presos, era recuperar a liberdade.

Faziam-no não para fugir da luta, ou do sofrimento e dos tormentos da prisão, mas para continuar a luta nas condições difíceis e duras na clandestinidade.

Esta convicção tornou-se mais forte ainda a seguir à publicação do decreto que estabeleceu «as medidas de segurança». Depois dele, como referi atrás, as penas aplicadas pelos falsos tribunais, chamados «plenários», passaram a ser sempre acompanhadas da fixação de medidas de segurança «de seis meses a três anos», mas

9 Praticamente todos funcionários do PCP com certo nível de responsabilidades na organização partidária.

10 Durante muitos anos apoiante de Salazar, voltou-se contra ele e tornou-se um activo oposicionista.

que, após este período, podiam continuar ser interminavelmente prorrogadas, bastava a PIDE alegar que a perigosidade do preso persistia.

Era a ameaça da prisão perpétua que, no caso do dirigente do PCP, Manuel Rodrigues da Silva, quase se concretizou, pois atingiu os 24 anos de prisão.

A repressão das lutas dos finais dos anos 40, a campanha para a presidência da República, do General Norton de Matos, nomeadamente, bem como os movimentos unitários MUD (Movimento de Unidade Democrática), MUD Juvenil (Movimento de Unidade Democrática Juvenil), MND (Movimento Nacional Democrático), Movimento da Paz, levava à prisão centenas e centenas de democratas de todas as tendências, mas dos que chegavam a Peniche condenados, os comunistas constituíam a larga maioria. Eram também os que podiam contar com um sólido apoio organizado no exterior, um factor essencial para o sucesso de qualquer fuga.

A história do Forte de Peniche tornou-se, assim, neste período, não só a história da luta dos presos contra as violentas condições prisionais, mas sobretudo a história das fugas e tentativas de fuga e das situações que as rodearam.